

## **Que Sociedade é esta que Estamos Construindo? Quem somos? O que Queremos?**

**Recentemente, o País foi abalado com a tragédia envolvendo o menino João Hélio**, de 6 anos, quando ele voltava para casa com a mãe Rosa Cristina e a irmã Aline, na cidade do Rio de Janeiro.

O carro onde eles estavam foi assaltado e, na fuga, os bandidos arrastaram o menino, preso pelo cinto de segurança, por sete quilômetros e, infelizmente, este fato resultou na morte do garoto.

Cada vez que ouvimos uma notícia chocante, paramos para pensar o que é certo ou errado e nos questionamos: Até onde vamos agüentar? O que falta acontecer para que alguma coisa seja feita?

Muitos séculos atrás, mais de 2,5 mil anos, nós, seres humanos, aprendemos a viver nas cidades. Era bom para todos. Todos se beneficiavam da vida em comum. Mas foi preciso criar regras, normas que estabelecessem o que era certo e o que não era.

Era errado roubar, desrespeitar o bem público, usar o dinheiro do Estado para o benefício próprio, atentar contra a vida do outro. E o erro passou a ser punido, com o rigor do que hoje chamamos de "Lei".

Estabelecemos, assim, um padrão moral, um conjunto de normas que faziam funcionar a vida em sociedade, onde um não fere o direito do outro.

Nós vivemos já há algumas décadas uma deterioração das regras de convívio, das regras de sociabilidade, com a decomposição do respeito ao que pode ser o bem comum, à vida do outro, àquilo que é a base, o sedimento do convívio social.

É triste ver o luxo, desperdício, consumismo desenfreado e a miséria e a exclusão lado a lado.

No Brasil, a exclusão se tornou regra. É comum, natural. Se tornou normal excluir o que nos incomoda.

Excluir é ignorar o outro, desconsiderar. Uma pessoa ignorada deixa de existir, se torna transparente: não é vista ou mesmo ouvida.

Essa exclusão das elites em relação à população gerou outro tipo de indiferença: como a população excluída não tem o benefício da cidade, ela também não precisa seguir as regras. Ela cria suas regras próprias.

Os Seres Humanos estão sempre a um passo da barbárie. Nós não somos seres perfeitos. Somos, ao contrário, seres capazes do sublime e do horrendo. Para poder valorizar a minha vida e a vida do outro, eu preciso ter uma existência na qual seja reconhecido como alguém cuja vida importa. Alguém cuja presença na sociedade é relevante.

Novamente, diante de um fato estarrecedor como este, vem à tona a discussão sobre a mudança das normas penais e processuais, além da antiga ansiedade pela redução da menoridade penal.

Está muito claro que o Congresso Nacional, a fim de juntar os cacos da credibilidade que ainda conserva, quer dar resposta imediata à sociedade, encaminhando legislação altamente complexa, sem qualquer capacidade técnica de perceber as conseqüências de ordem prática das medidas sugeridas.

A redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, definitivamente não é a solução ideal. O problema não seria resolvido. Um fato leva a outro.

Não teríamos nada além de uma “bola de neve”, pois todas as situações desagradáveis que vivemos hoje, com menores de 18 anos assumindo a responsabilidade pela prática de crimes cometidos por maiores, se repetiriam em outros patamares, com menores de 16 anos assumindo a prática de delitos para adolescentes de 14 ou 15 anos, por exemplo.

Logo de plano, não só os Tribunais ficariam mais entupidos com novas causas, como as antigas estacionariam em sua tramitação já morosa, em termos gerais brasileiros.

A alteração da maioridade penal significaria uma inflação superior a 15% dos Processos Penais no território nacional, sendo que a estrutura judiciária nem mesmo dá conta do atual movimento processual, considerada a ampliação do acesso jurisdicional das últimas décadas.

Isso já ocorre com os Juizados Especiais, engessados com a quantidade assombrosa de processos. O que deveria ser célere, transformou-se num pesadelo, imputando-se como culpado a falta de investimentos maciços na resolução alternativa de conflitos.

Hoje, falar de um sistema prisional reabilitador é a mais grosseira das hipocrisias. Na verdade, o Sistema Judiciário funciona teoricamente até a condenação do cidadão que, após, amarga a administração de sua pena à míngua de Garantias Constitucionais e Judiciais que, deveriam ser respeitadas.

Se não recuperarmos o valor da Vida, nós vamos perder completamente o rumo da civilização, pois a cidade nasceu pra proteger a vida, e a vida se perdeu.

Mônica Santiago O. A. Carvalho